

Estado Do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal do Rio Grande
Secretaria de Município de Gestão Administrativa e Licitações – SMGAL
Superintendência de Compras, Licitações e Contratos.

Processo nº 18.182/2021

EDITAL

CONCORRÊNCIA Nº 011/2022

O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE através da Secretaria de Município de Gestão Administrativa e Licitações – SMGAL, torna público, a quem possa interessar que, em obediência ao que preceitua a Lei Federal Nº 8.666/93, em suas normas gerais e demais normas que regem a matéria, fará realizar Licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA, do tipo MAIOR OFERTA, conforme Lei Municipal nº 8.678 de 10/08/2021, de acordo com as disposições e demais elementos integrantes deste Edital, devendo os interessados apresentar os envelopes Nº 01 (DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO) e Nº 02 - (PROPOSTA DE PREÇO) até às **10:00** horas do dia **17 de maio de 2022**, na Superintendência de Compras, Licitações e Contratos, situado na Rua General Bacelar 264, 2º andar, Centro, Nesta, onde se realizará a sessão de abertura dos invólucros.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação visa à alienação de Bem Imóvel Urbano situado no Balneário Cassino - Rio Grande – RS, conforme Termo de Referência Anexo I.

1.2. DA DESCRIÇÃO:

Uma área de domínio útil de um terreno de marinha e acrescido, com área superficial de 1.275,00m², constituído do lote 04 (quatro) da quadra 25, do loteamento denominado ABC-I, no Cassino, distrito deste município, medindo 43,86m (quarenta e três metros e oitenta e seis centímetros), de frente a nordeste, no alinhamento da Avenida Rio Grande, distante 26,00m (vinte e seis metros) da esquina da rua Fernando Freire, a sudeste; 29,07m (vinte nove metros e sete centímetros) de lado a sudeste, confrontando com o lote 06(seis); 43,86m (quarenta e três metros e oitenta e seis centímetros) de fundos a sudoeste, confrontando com o lote 08 (oito); 29,07m (vinte nove metros e sete centímetros) de lado a noroeste, por onde confronta com parte do lote 3-C (três C), fechando o perímetro. b) Domínio útil de um terreno de marinha e acrescido, com área superficial de 2.681,55m², constituído do lote 08 (quatro) da quadra 25, do loteamento denominado ABC-I, no Cassino, distrito deste município, medindo 34,31m (trinta e quatro metros e trinta e um centímetros), de frente a sudeste, no alinhamento da rua Fernando Freire, distante 29,22 m(vinte e nove metros e vinte e dois centímetros) da esquina com a Avenida Rio Grande à nordeste, no sentido NE-SO; daí 26,00m (vinte e seis metros) a sudoeste, no sentido SE-NO, confrontando-se com o lote 09 (nove); daí 13,00m (treze metros) a sudeste, no sentido NE-SO, confrontando-se ainda com o lote 09 (nove); daí 13,00m (treze metros) a sudoeste, no sentido SE-NO, confrontando-se com o lote 12 (doze); 28,15m (vinte e oito metros e quinze centímetros) a sudeste, confrontando-se ainda com o lote 12 (doze); daí 3,88m (três metros e oitenta e oito centímetros) no alinhamento da rua Rio de Janeiro a sudoeste, distando 39,00m (trinta e nove metros) da esquina com a rua Fernando Freire, no sentido SE-NO; daí 30,00m (trinta metros) a noroeste, no sentido SO-NE, onde confronta com o lote 13 (treze); daí 32,50m (trinta e dois metros e cinquenta centímetros) a sudoeste, no sentido SE-NO, por onde confronta com os lotes 13 (treze), 14 (quatorze) e parte do lote 15 (quinze); daí 0,59m (cinquenta e nove centímetros) a noroeste, no sentido SO-NE, onde confronta com o lote 16 (dezesesseis); daí 10,70m (dez metros e setenta centímetros), por onde confronta com parte do lote 15 (quinze) e lote 16 (dezesesseis); daí 19,91m (dezenove metros e noventa e um centímetros) a noroeste, no sentido SO-NE, onde confronta com parte do lote 17 (dezessete); daí 17,95m (dezessete metros e noventa e cinco centímetros) a nordeste, no sentido NO-SE, confrontando com parte do lote 3-A (três A) e os lotes 3-B (três B) e 3-C (três C); daí 20,93m (vinte metros e noventa e três centímetros) a noroeste no sentido SO-NE, confrontando com o lote 3-C (três C) ; daí 43,86

Estado Do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal do Rio Grande
Secretaria de Município de Gestão Administrativa e Licitações – SMGAL
Superintendência de Compras, Licitações e Contratos.

(quarenta e três metros e oitenta e seis centímetros) a nordeste, no sentido NO-SE, por onde confronta com o lote 04 (quatro); daí 3,85m (três metros e oitenta e cinco centímetros) a noroeste, no sentido SO-NE, confrontando ainda com parte do lote 04 (quatro); daí 25,95m (vinte e cinco metros e noventa e cinco) a nordeste, no sentido NO-SE, por onde se confronta com os lotes 06 (seis) e 07 (sete), fechando o perímetro no alinhamento da rua Fernando Freire. Total: 3.965,55 m². (Redação dada pela Lei nº 7175/2011)

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Somente poderão participar desta CONCORRÊNCIA as empresas e/ou pessoas físicas que satisfaçam as exigências do Edital e da Lei nº 8.666/93, e alterações.

2.2. Será vedada a participação de empresas na Licitação, quando:

2.2.1. Declaradas inidôneas por Ato do Poder Público.

2.2.2. Sob processo de Concordata ou Falência.

2.2.3. Impedidas de licitar, contratar, transacionar com a Administração Pública ou qualquer de seus órgãos descentralizados.

2.2.4. Reunidas em Consórcio.

2.2.5. Enquadradas nas disposições do art. 9º, da Lei Federal Nº 8.666/93.

3. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas serão apresentadas em dois invólucros, a saber:

DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO será apresentada em 01 (uma) via e a PROPOSTA também em 01 (uma) via original. Na data, hora e local indicados no aviso deste Edital, os interessados ou devidamente representados por pessoa credenciada e identificada, apresentarão os envelopes fechados e indevassáveis, na Superintendência de Compras, Licitações e Contratos, situado na Rua General Bacelar 264, 2º andar, Centro, Nesta, com os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

INVOLUCRO Nº 01: CONCORRÊNCIA Nº 011/2022

**ALIENAÇÃO DA POSSE DO IMÓVEL SEDE DA SECRETARIA DE
MUNICÍPIO DO CASSINO**

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PROPONENTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

INVOLUCRO Nº 02: CONCORRÊNCIA Nº 011/2022

**ALIENAÇÃO DA POSSE DO IMÓVEL SEDE DA SECRETARIA DE
MUNICÍPIO DO CASSINO**

PROPOSTA DE PREÇOS
PROPONENTE:

4. DA HABILITAÇÃO

4.1. PESSOA JURÍDICA

4.1.1 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ;

4.1.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, considerando-se que:

a) os licitantes com domicílio ou sede no Município do Rio Grande deverão apresentar Certidão Negativa de Débitos Fiscais, expedida pela Secretaria de Município da Fazenda do Rio Grande.

b) os licitantes com domicílio ou sede localizado em outro Município deverão apresentar a prova de regularidade com a Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede.

4.1.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante.

4.1.4 – Certidão Conjunta de Débitos (Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa), expedida nos termos do Decreto Federal n.º 5.512/05 e da Portaria Conjunta PGFN/RFB n.º 1751, de 02/10/2014 que entrou em vigência em 03 de novembro de 2014 e abrange todos os créditos tributários federais administrados pela RFB e PGFN.

4.1.5 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, se for o caso.

4.1.6 Apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de negativa, com validade de 180(cento e oitenta) dias contados da sua emissão.

4.1.7. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da Justiça do domicílio da sede do licitante em data não anterior a 90 (noventa) dias da data da entrega dos envelopes de documentação e proposta.

4.2. PESSOA FÍSICA:

4.2.1. Cópia da Cédula de identidade;

4.2.2. Cópia do CPF

Estado Do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal do Rio Grande
Secretaria de Município de Gestão Administrativa e Licitações – SMGAL
Superintendência de Compras, Licitações e Contratos.

4.2.3. Cópia do Comprovante de residência, ou declaração de residência em nome de terceiros caso o comprovante não estiver no nome do candidato.

4.2.4. Certidão de regularidade ou quitação com a Justiça eleitoral (A Certidão de Quitação Eleitoral destina-se a atestar, a existência/inexistência de registro no histórico da inscrição (título) do interessado no cadastro eleitoral de restrição no que se refere à plenitude do gozo dos direitos políticos. Pode ser emitida pelo endereço http://www.tse.jus.br/internet/servicos_eleitor/quitacao_eleitoral.htm ou no TRE.)

4.2.5. Certidão de antecedentes criminais. (A Certidão de Antecedentes Criminais é o documento com validade de 90 dias que informa a existência ou não de registros criminais nos sistemas informatizados da Polícia Federal. Pode ser emitida pelo endereço <https://servicos.dpf.gov.br/sinic-certidao/emitirCertidao.html>)

5. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS.

5.1 A documentação exigida poderá ser apresentada no original, por qualquer processo de cópia autenticada, por publicação da imprensa oficial ou excepcionalmente por cópia a ser autenticada pela Comissão Julgadora ou funcionário especialmente designado pelo Presidente mediante a apresentação do documento original.

5.2. Os documentos que dependem de prazo de validade e que não contenham prazo de validade especificado no próprio corpo, em lei ou neste Edital, devem ter sido expedidos no máximo até 90 (noventa) dias anteriores a data de abertura do invólucro nº 01.

5.3. Todos os documentos expedidos pela empresa deverão ser subscritos por seu representante legal, com identificação clara de seu subscritor.

5.4 Após a fase de Habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão (Art. 43, § 6º, da Lei nº 8.666/93 e alterações).

5.5. A inabilitação da Licitante importará na preclusão do direito de participar das fases subsequentes, restando à Administração inutilizar os envelopes das propostas se não procurados no prazo de 30 dias.

5.6. Estando todos os Licitantes representados na sessão e concordando com o resultado de habilitação, através de desistência expressa de interpor recurso, a Comissão Geral de Licitação poderá, a seu critério, proceder a abertura dos envelopes contendo as propostas. Caso contrário, os envelopes propostas, serão rubricados pelos representantes presentes e pelos membros da Comissão Geral de Licitação, ficando sob sua guarda para abertura na data fixada na Ata de reunião ou na publicação do Resultado de Habilitação no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul.

6. DA PROPOSTA

A proposta deverá ser apresentada da seguinte maneira:

6.1. O licitante por si, ou através de seu procurador, devidamente habilitado, ou seja, munido de procuração por instrumento público ou particular, reconhecido, deverá apresentar sua proposta, assinada, em envelope fechado, a ser entregue em data, horário e local estabelecido no preâmbulo deste Edital, contendo:

a) nome do proponente

b) Prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias.

c) a proposta devidamente preenchida mencionando a forma de pagamento:
PAGAMENTO À VISTA.

d) o valor mínimo da proposta deverá ser de R\$ 6.300.000,00 (seis milhões e trezentos mil reais) em moeda corrente nacional;

e) assinatura reconhecida do proponente;

f) declaração firmada aceitando e submetendo-se a todos os termos do presente Edital, poderá ser utilizado o Modelo fornecido conforme Anexo III.

6.2. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da Legislação em vigor.

7. DO RECEBIMENTO

7.1. Os invólucros, na forma deste Edital, serão recebidos, na Superintendência de Compras, Licitações e Contratos, sito na Rua General Bacelar 264, 2º andar, Centro, Nesta, sendo que após este horário, não serão mais aceitos em hipótese alguma.

8. DA ABERTURA

8.1. A abertura das propostas será no local estabelecido no preâmbulo deste Edital.

8.2. Um representante de cada uma das licitantes, devidamente credenciado e identificado, deverá estar presente para participar do processo de abertura dos envelopes.

8.2.1. A licitação transcorrerá em sessão pública sendo que somente o licitante ou seu representante credenciado e identificado terá direito a manifestação.

8.3. Após o recebimento dos invólucros citados no item 3, serão abertos os envelopes da DOCUMENTAÇÃO contendo os documentos de habilitação, sendo estes examinados e rubricados pela Comissão Julgadora da Licitação e, facultativamente, pelos licitantes.

Estado Do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal do Rio Grande
Secretaria de Município de Gestão Administrativa e Licitações – SMGAL
Superintendência de Compras, Licitações e Contratos.

8.4. A Comissão julgará a Habilitação, comunicando o seu resultado às licitantes na mesma sessão pública. Se não houverem impugnações e se houver desistência expressa de recurso à habilitação, por parte dos representantes legais presentes a Comissão Julgadora da Licitação, registrará o fato em Ata, devolverá aos participantes inabilitados os envelopes nº 02, ainda fechados, e procederá a abertura dos envelopes dos participantes habilitados.

8.5. Manifestada a intenção expressa de recurso à habilitação ou inabilitação, a Comissão Julgadora da Licitação suspenderá a sessão, cientificando os participantes do prazo para a interposição de recurso.

8.5.1. O conteúdo dos envelopes abertos será juntado ao processo administrativo e, os envelopes nº 02 serão encerrados em um outro envelope único, devidamente rubricado pela Comissão Julgadora da Licitação, bem como pelos Licitantes presentes, permanecendo sob custódia até a abertura em outro ato público.

8.6. Decididos os recursos ou transcorrido o prazo sem interposição, o Presidente da Comissão Julgadora da Licitação designará dia e hora de prosseguimento da sessão para a abertura dos envelopes nº 02, ocasião em que devolverá os mesmos envelopes, ainda fechados aos participantes inabilitados.

8.7. Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a critério da Administração, poderá fundamentadamente ser concedido prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas.

8.8. De cada sessão pública será lavrada Ata circunstanciada dos trabalhos, a qual deverá ser assinada pelos membros da Comissão Julgadora da Licitação e, pelos representantes das empresas licitantes presentes.

8.9. Os recursos serão dirigidos a Autoridade Superior por intermédio da que praticou o ato recorrido, na forma e nos prazos previstos pelas disposições legais pertinentes e deverão ser protocolados no GCLC, visando sua juntada ao processo de licitação.

9. DO JULGAMENTO

A Concorrência será julgada pela Comissão Julgadora da Licitação da seguinte forma:

9.1. Julgamento da documentação, levando em conta o atendimento às exigências do Edital, no item 4 - DOCUMENTAÇÃO.

9.2. Julgamento da proposta levando em conta o atendimento às exigências do Edital, no item 5 - PROPOSTA.

9.3. Em qualquer fase do julgamento, o não atendimento ou a insuficiência de comprovação de alguma exigência constante do Edital, implicará em inabilitação ou desclassificação do concorrente.

9.4. A escolha da proposta vencedora será para a **maior oferta**, na forma do item 6.

9.5. Em caso de empate entre duas ou mais proponentes a vencedora será escolhida por sorteio, em sessão pública.

9.3.6. Toda a documentação e proposta deverá ser apresentada à época pertinente, ordenada na forma deste edital.

9.7. O julgamento da habilitação e da proposta constitui ato interno da Comissão Julgadora da Licitação, a qual comunicará aos licitantes, a respeito de suas decisões.

10. DA HOMOLOGAÇÃO

10.1. A Comissão Julgadora da Licitação efetuará a classificação das propostas, procederá o respectivo julgamento e recomendará vencedora a licitante que apresentar a **maior oferta**, encaminhando o processo à Autoridade competente para adjudicar e homologar o certame, a seu critério, e convocar a adjudicatária para a assinatura do contrato.

10.2. A homologação do procedimento e a convocação do adjudicatário para a lavratura do contrato será publicada no meio de publicação do Município, podendo a Administração a seu critério, utilizar-se de outro meio de convocação desde que documentado seu recebimento.

10.3. Decorrido o prazo de validade das propostas estabelecido no subitem 7.1.b, sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberados dos compromissos assumidos.

10.4. É facultado a Comissão Julgadora da Licitação ou a Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

11. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES

11.1. O Município mantém compromisso de alienação de posse do imóvel somente com o licitante vencedor.

11.2. Havendo desistência ou indeferimento do primeiro classificado, o Município se reservará o direito de chamar o segundo, e, se for o caso, o terceiro classificado.

11.3. O resultado da Concorrência será divulgado do Diário Oficial do Estado, Jornal local e no Site desta Prefeitura www.riogrande.rs.com.br.

11.4. O licitante vencedor deverá comparecer na Superintendência de Compras, Licitações e Contratos, independentemente de convocação, no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis a partir da divulgação do resultado oficial, sob pena de ser

Estado Do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal do Rio Grande
Secretaria de Município de Gestão Administrativa e Licitações – SMGAL
Superintendência de Compras, Licitações e Contratos.

considerado desistente. Havendo desistência do licitante vencedor, o Município convocará os demais classificados, obedecida a ordem de classificação, para comparecerem no mesmo prazo de 05(cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da convocação.

11.5. O licitante vencedor terá o prazo de 05(cinco) dias úteis, contados da data do seu comparecimento, para efetuar o pagamento do valor total à vista. Os demais classificados quando convocados terão o mesmo prazo para pagamento.

11.6. Serão de responsabilidade do licitante vencedor:

11.7. todas as despesas necessárias à lavratura da Escritura/Assinatura do Contrato de Vendas;

11.8. o recolhimento do laudêmio incidente sobre a venda, quando houver;

11.9. toda a iniciativa necessária à lavratura da escritura e sua assinatura, inclusive a obtenção de guias, declarações e documentos exigíveis. Como o consequente pagamento, às suas expensas de taxas, impostos, emolumentos, registros, etc.

11.10. A escritura publica de compra e venda será firmada até o último dia útil do mês em que ocorrer a divulgação dos resultados.

12. DOS RECURSOS

12.1. Dos atos praticados pela Administração no curso do procedimento licitatório caberá recurso nos termos do que dispõe o art.109 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. As dúvidas quanto a interpretação de qualquer parte deste Edital, assim como esclarecimentos sobre quaisquer incorreções ou discrepâncias, encontradas no mesmo, bem como, solicitação de informações adicionais, deverão ser protocoladas junto a SCLC, até 05 (cinco) dias úteis imediatamente anteriores a data de abertura dos envelopes.

13.2. As informações relativas a presente licitação poderão ser obtidas na SCLP, situada na Rua General Bacelar 264, 2º andar, Centro, Nesta, ou pelos (Fones (053) 3233.8417 ou 3233.6060) e pelo e-mail licitacoesrg@gmail.com, até o quinto dia útil imediatamente anterior àquele marcado para a entrega dos documentos de habilitação e propostas.

13.2.1. As informações relativas ao imóvel poderão ser obtidas na Secretaria de Município do Cassino, situada na Rua Prof. Fernando Eduardo Freire, 412, Cassino - Rio Grande, RS, CEP:96207-640, [Telefone: \(53\) 3236-1300](tel:5332361300)
Atendimento: 12h30 às 17h30.

Estado Do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal do Rio Grande
Secretaria de Município de Gestão Administrativa e Licitações – SMGAL
Superintendência de Compras, Licitações e Contratos.

13.3. Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital, das condições gerais e particulares do objeto da presente licitação, devendo verificar as condições atuais e não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta ou do integral cumprimento do contrato, não sendo aceitas reivindicações posteriores sob quaisquer alegações.

13.4. A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL reserva-se o direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses ou anular ou revogar a presente licitação sem que disso caiba aos participantes o direito de reclamação ou indenização.

13.5. Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

Anexo I – Termo de Referência.

Anexo II – Projeto Nova sede da SMC

Anexo III – Declaração de Conhecimento dos Termos do Edital

Anexo VI - Minuta de Contrato.

13.6. Onde este Edital for omissos prevalecerão os termos da Lei 8.666/93 e demais legislação em vigor.

13.7. O Foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Rio Grande, com exclusão de qualquer outro.

Rio Grande, 05 de abril de 2022.